

POLÍTICA ECONÔMICA

Projetos prioritários param no Congresso

Nacional

Modernização dos portos, propriedade industrial, reforma agrária e fundos imobiliários são assuntos que poderão ficar para 1993

TERESA CARDOSO

BRASÍLIA — Faltando um mês para o ano acabar, continuam aguardando votação no Congresso projetos que, há dois anos, são considerados prioritários para a governabilidade do País. A regulamentação da propriedade industrial, a modernização dos portos, a reforma agrária, a concessão de serviços públicos por empresas privadas, a criação de fundos de investimento imobiliário e o estatuto jurídico das licitações e contratos da administração pública são apenas alguns dos projetos que correm o risco de ficar para 1993.

Em defesa da lentidão da votação dessas propostas, a maioria dos parlamentares argumenta que são projetos complexos, sujeitos às mais variadas pressões da sociedade. O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), por exemplo, diz que "a nação ainda não está preparada para passos vitais como o emagrecimento do Estado, a privatização, a modernização e o enxugamento da máquina". Ele lembra que na Rússia, também, a nomenclatura faz pressões para manter os privilégios da máquina estatal e travar os avanços.

Definição — Mas, como muitos parlamentares, Cid Carvalho também argumenta que o governo Itamar Franco não tem ajudado a produzir uma definição mais firme do Poder Legislativo. "O que agrava a situação é o fato de que estamos num governo de expectativas, sem conseguir amarrar uma determinação política". O deputado Gérson Peres (PDS-PA) segue no mesmo raciocínio: "Enquanto a gente não souber o que Itamar quer, isso aqui vai continuar parado."



Carlos Ruggi/AE



Sérgio Amaral/AE

Pressão internacional

Vieira: investidores querem definição sobre projeto de patentes industriais

Conforme o ministro da Indústria e Comércio, José Eduardo Andrade Vieira, a comunidade internacional precisa apenas saber se o Brasil dará ou não garantias à propriedade intelectual, para começar a investir em países de leis mais liberais, como o Chile e o México. Apesar disso, o projeto das patentes industriais é um dos que seguramente será adiado para 1993. Depois de receber mais de 500 emendas, dois substitutivos e pressões da Igreja, da indústria farmacêutica e do PT, só na semana que vem o projeto será examinado pelo governo.

Apesar de sustentar que o Congresso está fazendo o que pode para acelerar as vota-

cões, o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, também admite que está difícil uma definição parlamentar. "Se alguém está sabendo o que vai acontecer com o País é porque está muito mal informado", brinca ele, argumentando que todos esses projetos são complexos e que o mais aconselhável no momento é a prudência.

Na lista em poder de Ibsen são prioritários para votação nos próximos 15 dias o ajuste fiscal proposto por Itamar Franco, a lei eleitoral e partidária, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a advocacia geral da União e a reforma agrária. No Senado, a votação do projeto de modernização dos portos

Definição difícil

Pinheiro diz que o mais aconselhável é prudência, pois os projetos são complexos

na Comissão de Assuntos Econômicos foi interrompida na quarta-feira e será retomada na terça. E permanecem na fila o estatuto das licitações e contratos administrativos, a reforma eleitoral e o projeto que limita as despesas com o funcionalismo público.

Mais urgente ainda é o orçamento da União para 1993, em exame pela Comissão Mista. O presidente do Senado, Mauro Benevides, vai criar uma comissão para acompanhar a discussão com os deputados, a fim de evitar que se prolongue o exame da matéria, quando esta chegar ao Senado. O OGU tem de ser votado ainda este ano ou o Congresso não poderá entrar em recesso.